

1 **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH**

2 **Câmara Técnica de Planejamento – CTPLAN**

3 **Ata da Reunião de 15 de dezembro de 2015**

4 **Presentes:**

- 5 1. Alexandre Liazzi (S – SSRH)
6 2. Ana Lucia Aurélio (Convidada – CRHi)
7 3. André Elia Neto (T – ÚNICA)
8 4. Claudia O. Gomes (Substituindo – T – FIESP)
9 5. Eduardo Mazzolenis (CETESB – convidado).
10 6. Gilmar Ogawa (T – FAESP)
11 7. Jorge L. Rocco (T - CIESP)
12 8. José Luiz Albuquerque Filho (T- SDECT)
13 9. Laura Stela Perez (T – SMA/CPLA)
14 10. Marcelo Poci Bandeira (S – SLT)
15 11. Nilceia Franchi (T – SSRH - Coordenadora)
16 12. Priscila Rocha Freire (S – CIESP)
17 13. Vania Lucia Rodrigues (S – SSRH - Relatora)
18 14. Zeila Piotto (FIESP – convidada)

19 **Pauta:**

20 A Coordenadora fez a abertura da reunião e explicou que houve adaptação da pauta porque a
21 equipe responsável pela avaliação dos PDC não havia finalizado o trabalho até a data da
22 reunião da CTPLAN, e que, por este motivo, este item será retomado na reunião da CTPLAN
23 de janeiro, quando também será avaliado o Relatório de Situação Estadual. Por solicitação do
24 coordenador do GT-Enquadramento, Jorge Rocco (FIESP), foi então pautada a apresentação
25 sobre a oficina de trabalho realizada em Brasília-DF, a respeito de estratégias para o
26 enquadramento dos corpos hídricos. A apresentação foi feita pela Sra Zeila Piotto e pelo Sr
27 Eduardo Mazzolenis, que estiveram presentes na ocasião.

28 A sra. Zeila informou que participou da citada oficina como representante da Câmara Técnica
29 do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH, do Conselho Nacional de Recursos
30 Hídricos - CNRH. Disse que no âmbito do CNRH o tema “enquadramento” foi retomada por
31 conta da proposta de enquadramentos dos corpos de água da bacia do rio Paranaíba (entre os
32 estados de Minas Gerais e Goiás). Como, no CNRH, não havia um rito preestabelecido para
33 avaliação de propostas de enquadramentos, as Câmaras Técnicas CTPNHR e CTPOAR se
34 reuniram em conjunto para discutir a proposta. Foram tecidas considerações, mas durante o
35 este intervalo de tempo o Comitê retirou a proposta do CNRH para rediscuti-la, e a proposta
36 ainda está em discussão no âmbito do comitê. No caso, a proposta de enquadramento havia
37 sido elaborada juntamente com o plano da bacia; hoje já é um consenso naquelas Câmaras
38 Técnicas de que a proposta de enquadramento não deva ser feita junto como o plano de
39 recursos hídricos, porém feita em conformidade com este. Depois a Sra Zeila passou a
40 apresentar os assuntos discutidos na Oficina de Trabalho sobre Estratégias para o
41 Enquadramento dos Corpos Hídricos, realizada em setembro de 2015, pela Câmara Técnica
42 do Plano Nacional de Recursos Hídricos do Conselho Nacional e Agência Nacional de Águas -
43 ANA. A Oficina contou com a participação de vários especialistas que fizeram duas abordagens
44 do tema: (a) Abordagem legal e institucional e (b) Abordagem técnico-metodológica. A Sra
45 Zeila destacou que, segundo sua interpretação, foi consenso que precisa mexer no marco
46 regulatório – a Resolução Conama 357/05 e a Resolução CNRH 91/08. Ela destacou que foi
47 muito questionado o limite de fósforo e que estão sugerindo que se revise a Resolução

48 Conama 357/05 para o limite deste parâmetro. Foi sugerida uma resolução conjunta Conama e
49 CNRH para enquadramento. Ela percebeu que os órgãos gestores estão preocupados com o
50 situação de onde o corpo hídrico tem problema de qualidade e “não tem o que fazer”.

51 O Sr Eduardo Mazzolenis colocou que o Seminário foi muito prático. Destacou a importância
52 das discussões a respeito das questões da legislação que necessitam de mudanças, e do
53 diálogo entre os órgãos gestores – Conama e CNRH. Citou a relação entre outorga e
54 enquadramento, especialmente para regiões críticas, e considera importante haver uma diretriz
55 geral para todas as bacias e estudos específicos de detalhe onde necessários, com prioridades
56 regionais. Ele disse também que o enquadramento é um instrumento que não é tao fácil
57 implementar como se pensou inicialmente. Ele informou que houve o compromisso de uma
58 nova convocação dos participantes do Seminário para continuação dos estudos e que foi
59 considerada importante haver uma agenda de discussão deste tema.

60 Os presentes apreciaram as colocações e considerações. Foi comentado o caso do
61 enquadramento das bacias PCJ, a experiência da ADASA (Agência Reguladora de Águas,
62 Energia e Saneamento do Distrito Federal) em Brasília, o risco de se colocar uma meta que
63 seja intangível. Foi dito também que este é um processo que parece que vai ser de longo
64 prazo, pois está sinalizando a necessidade de mudança na legislação. Nas discussões, foi
65 perguntado à Coordenadora da CTPLAN qual a perspectiva do GT Enquadramento e a
66 situação do Termo de Referência para contratação de estudos de enquadramento pela CRHi. A
67 Sra. Ana Lucia (CRHi) informou que Termo de Referência está pronto e que a CRHi está
68 tentando vencer a burocracia para contratação; frisou que o TR iria propor subsídios para o GT.
69 O Coordenador do GT Enquadramento lembrou que até setembro deveria ter havido um
70 retorno ao GT. E a partir de 2016 o Grupo iria começar a discutir sobre o enquadramento de
71 água subterrânea. Após breve consideração de todos, ficou acertado que o GT Enquadramento
72 retomará as discussões, e que, na reunião da CTPLAN de janeiro acontecerá também uma
73 reunião do GT para definir o cronograma de trabalho.

74 Após breve intervalo, a CTPLAN reiniciou os trabalhos, quando a Coordenadora mostrou uma
75 apresentação feita para os comitês de bacia sobre planos de recursos hídricos, buscando
76 mostrar a parte conceitual e destacando que propostas de enquadramento viram num segundo
77 momento. Ela enfatizou o vínculo forte entre os planos de recursos hídricos e os planos de
78 todas as concessionárias (saneamento, etc). Disse que é preciso deixar de fazer planejamento
79 em função de recursos disponíveis e passar a olhar para as áreas críticas da UGRHI em
80 termos de qualidade e quantidade e elaborar um plano de ação. Disse também que PDC não é
81 indicativo de prioridade de investimento. E ainda frisou que criticidade não é sinônimo de
82 problema – existe uma qualidade obrigatória a ser mantida na área, por exemplo em função do
83 uso do solo, sem que necessariamente seja problema – é um tratamento especial que a área
84 deva ter; segundo ela, criticidade indica a necessidade de gestão especial, que pode ser a
85 manutenção da qualidade da água. Foi lembrado o trabalho do GT Guarani, no âmbito da
86 CTAS, e foi sugerido que a área de afloramento do Guarani seja incluída como uma área de
87 gestão especial. A Sra Nilceia enfatizou a estruturação dos Planos de Recursos Hídricos
88 através de diagnóstico e prognóstico definindo as áreas críticas para gestão e, posteriormente,
89 os planos de ação.

90 Durante as manifestações a respeito da apresentação, voltou a discussão o tema
91 enquadramento, quando foi sugerido que o GT Enquadramento aborde a dominialidade dos
92 corpos hídricos. O Sr Marcelo perguntou sobre como deve ser abordado o uso não consuntivo
93 no âmbito dos Planos de Recursos Hídricos, e sugere que a unidade de planejamento para
94 esta água seja a lâmina líquida; pois, disse, são áreas críticas; com o que a Coordenadora
95 concordou. Neste ponto, o Sr Jorge lembra que a atividade de navegação não é outorgada, é
96 somente licenciada, e que somente o reservatório é que é outorgado. O Sr Alexandre
97 esclareceu que o estudo de uso múltiplo do reservatório deve levar em conta todos os usos e

98 suas restrições. A Sra Nilceia informou que a apresentação foi feita uma vez, para o Comitê da
99 Bacia Hidrográfica do Sorocaba e Médio Tietê, e que a CRHi tem a intenção de leva-la a outros
100 comitês, em 2016.

101 Foi combinada a próxima reunião da CTPLAN para o dia 26 de janeiro de 2015 para tratar dos
102 PDC. A Sra Priscila solicitou o envio antecipado da documentação da reunião e a
103 Coordenadora colocou a dificuldade de envio, neste caso, porque a reunião do CORHI está
104 prevista para 20/01, e após o DGRH consolidará o documento. Assim dia 26 será uma
105 apresentação da proposta e a CTPLAN terá até 23 de fevereiro para discutir e finalizar.

106 Neste ponto foi colocada em discussão a ata da reunião anterior, que foi aprovada. Neste
107 momento, o Sr Marcelo registrou o descontentamento da Secretaria de Logística e Transportes
108 pelo fato de que as considerações apresentadas pela SLT, aprovadas nas reuniões anteriores
109 da CTPLAN, terem sido retiradas pelo CORHI da minuta do anteprojeto de lei sobre o PERH
110 encaminhado ao CRH, sem ao menos comunicar à CTPLAN. Atribuiu à falta de articulação
111 interna o fato de a CTPLAN passar duas reuniões elaborando as contribuições ao projeto, e as
112 mesmas não terem sido mantidas no seguimento da proposta. Considerou que foi inadequada
113 a forma de condução do processo. Questionou se tem sentido a participação nas Câmaras
114 Técnicas, se as contribuições não são levadas em consideração.

115 Nada mais havendo, a reunião foi encerrada. Ata elaborada pela relatora e aprovada na
116 reunião de 17 de junho de 2016.